| NOME | FUNÇÃO | OBJETIVO | ROTEIRO | PERÍODO | Nº DIÁRIAS | VR R$ | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | UNITÁRIO | ACRESCIMOS | TOTAL |
| MARIA IVONE DE ALMEIDA LIMA DUARTE | TADS | Acompanhar as ações do Projeto Dom Helder nos municipios de São João do Jaguaribe, Morada Nova e Ibicuitinga. | Limoeiro do Norte, Sao Joao do Jaguaribe, Morada Nova, | 21 à 25/06/2021 | 4.5 | 61.33 | 0.0 | 275.99 |
| MARIA VANDERLI CAVALCANTE GUEDES | Agente de ATER | Acompanhar as ações do Dom Helder nos municípios de Russas, Palhano e Ibicuitinga. | Russas, Ibicuitinga, Palhano, Russas | 28 à 02/07/2021 | 4.5 | 64.83 | 0.0 | 291.74 |
| MARIA VANDERLI CAVALCANTE GUEDES | Agente de ATER | Acompanhamento das ações do Dom Helder nos municípios de Russas, Palhano e Quixeré. | Russas, Palhano, Quixere, Russas | 21 à 25/06/2021 | 4.5 | 64.83 | 0.0 | 291.74 |
| MARIA VANDERLI CAVALCANTE GUEDES | Agente de ATER | Acompanhamento das ações do Projeto Dom Helder nos municípios de Quixeré, Russas e Palhano. | Russas, Quixere, Palhano, Russas | 07 à 11/06/2021 | 4.5 | 64.83 | 0.0 | 291.74 |

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO CEARÁ, em Fortaleza, Segunda-feira 05 julho 2021.
Antonio Rodrigues de Amorim
PRESIDENTE

## SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRABALHO

**PORTARIA Nº036/2021 -** O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRABALHO DO ESTADO DO CEARÁ, no uso da competência que lhe foi outorgada pelo Secretário do Desenvolvimento Econômico e Trabalho, através da Portaria Nº 002/2019, de 13 de fevereiro de 2019, publicada no Diário Oficial do Estado em 18 de fevereiro de 2019, alterada com nova redação pela Portaria Nº062/2020 de 21/11/2020 e publicada no DOE de 17/11/2020. RESOLVE, nos termos do art. 1º da Lei nº 13.363, de 16 de setembro de 2003, regulamentado pelo Decreto nº 27.471 de 17 de junho de 2004, em conformidade com o art. 5º, da lei nº 16.206 de 17 de março de 2017, DOE de 29 de março de 2017,CONCEDER **DIFERENÇA DE AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO** ao **SERVIDOR** relacionado no Anexo único desta Portaria. SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRABALHO DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 13 de julho de 2021

Antônio Sérgio Montenegro Cavalcante
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº036/2021, 13 DE JULHO DE 2021

| NOME | CARGO OU FUNÇÃO | MATRÍCULA | PERÍODO | VALOR DO TICKET | DIAS ÚTEIS | VALOR TOTAL RECEBIDO |
|---|---|---|---|---|---|---|
| FLÁVIO PRATA MEIRELLES | COORDENADOR | 300094-2-8 | JULHO/2021 | 15,00 | 14 | 210,00 |

*** *** ***

**PORTARIA Nº037/2021 -** O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRABALHO DO ESTADO DO CEARÁ, no uso da competência que lhe foi outorgada pelo Secretário do Desenvolvimento Econômico e Trabalho, através da Portaria Nº 002/2019, de 13 de fevereiro de 2019, publicada no Diário Oficial do Estado em 18 de fevereiro de 2019, alterada com nova redação pela Portaria Nº062/2020 de 21/11/2020 e publicada no DOE de 17/11/2020. RESOLVE, nos termos do art. 1º da Lei nº 13.363, de 16 de setembro de 2003, regulamentado pelo Decreto nº 27.471 de 17 de junho de 2004, em conformidade com o art. 5º, da lei nº 16.206 de 17 de março de 2017, DOE de 29 de março de 2017, CONCEDER **AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO** ao **SERVIDOR** relacionado no Anexo único desta Portaria, referente ao mês de AGOSTO/2021. SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRABALHO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 13 de julho de 2021.

Antônio Sérgio Montenegro Cavalcante
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº037/2021, DE 13 DE JULHO DE 2021

| NOME | CARGO OU FUNÇÃO | MATRICULA | VALOR DO TICKET | QUANTIDADE | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| FLAVIO PRATA MEIRELLES | COORDENADOR | 300094-2-8 | 15,00 | 22 | 330,00 |

FSC www.fsc.org MISTO Papel produzido a partir de fontes responsáveis FSC® C126031

## AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO CEARÁ

**EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº06/2021**

I - ESPÉCIE: PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 07/2021, QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO A AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ S/A - ADECE E CONSTRUTORA PLATÔ LTDA; II - CONTRATANTE: AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ S.A – ADECE; III - ENDEREÇO: Av. Dom Luis, nº 807, 7º andar, bairro Meireles – Ed. Etevaldo Nogueira Business, CEP 60.160-230, Fortaleza, Ceará, Brasil; IV - CONTRATADA: **CONSTRUTORA PLATÔ LTDA**; V - ENDEREÇO: Rua Vereador Pedro Paulo, nº 505, Bairro Luciano Cavalcante, Fortaleza/CE; VI - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 72, da Lei nº 13.303/16, art. 134 do Regulamento de Licitação e Contratos da ADECE; VII- FORO: Fortaleza-CE; VIII - OBJETO: **Readequação de planilha orçamentária** sem repercussão financeira; IX - VALOR GLOBAL: Não se aplica; X - DA VIGÊNCIA: Não se aplica; XI - DA RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que não foram expressamente modificadas por este Termo Aditivo; XII - DATA: Fortaleza, 12 de julho de 2021; XIII - SIGNATÁRIOS: Francisco José Rabelo do Amaral/Diretor-Presidente/ADECE, Marco Antônio Barroso Prado/Diretor de Suporte, Operações e Serviços/ADECE e Antônio Lopes Pinheiro Landim Neto, Representante Legal da Construtora Platô LTDA.

Thiago Barreto Rosa Gadelha
ASSESSOR JURÍDICO

## COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM S.A.

**C.N.P.J. 01.256.678/0001-00**
**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2020**

Senhores Acionistas,

Senhores Acionistas, apresentamos os resultados financeiros e operacionais da Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP S/A ao final do exercício de 2020, oportunidade em que expressamos a nossa satisfação em ter finalizado um período com grandes conquistas. Em observância às disposições estatutárias e em conformidade à Lei nº 6.404/76, apresentamos à Assembleia de Acionistas as Demonstrações Contábeis da Companhia relativas ao exercício de 2020.

A movimentação acumulada de 2020 (15.930.483 toneladas) do Terminal Portuário do Pecém foi 12% abaixo em relação ao mesmo período de2019(18.096.308 t). Os desembarques caíram 18%, de 12.884.167 t em 2019 para 10.606.043 t em 2020, os embarques tiveram um aumento de 2%, de 5.212.141 t em 2019 para 5.324.440 t em 2020.

Em relação à natureza da carga, granel sólido foi a carga mais relevante na composição dos índices em toneladas, participou com 7.761.958 t (49%), seguido de carga conteinerizada com 4.818.581 t (30%), carga solta 3.122.245 t (20%) e granel líquido com 227.700 t (1%).

A navegação de longo curso totalizou 6.914.862 t, resultado 20% abaixo do mesmo período de 2019. Nos desembarques de longo curso os principais produtos movimentados foram combustíveis minerais (2.759.759 t); ferro fundido (60.567 t); adubos (43.084 t); cereais (8.452 t) etc. Em relação aos embarques de longo curso, os destaques foram verificados nas movimentações de ferro fundido (1.815.880 t); frutas (107.613 t);minerios (104.744 t); máquinas (39.541 t); preparações de produtos hortícolas (34.130 t) etc. A navegação de cabotagem totalizou 9.015.621 t, o que representou uma queda de 5% se comparado com o mesmo período do ano anterior. Nos desembarques de cabotagem os principais produtos movimentados foram minerios (3.090.416 t); cereais (402.270 t); ferro fundido (242.762 t); alumínio e suas obras (95.899 t) etc. Já os embarques de cabotagem ficaram por conta das movimentações de sal (374.487 t); ferro fundido (169.004 t); produtos da indústria de moagem (139.561 t); cereais (98.306 t); alumínio e suas obras (96.160 t); plásticos e suas obras (43.206 t) etc.

A movimentação acumulada de contêineres registrou a marca de 377.726 TEU (228.362 unidades), crescimento de 11% em relação ao resultado obtido no mesmo período de 2019. A cabotagem respondeu por 328.086 TEU, crescimento de 7% em relação ao mesmo período de 2019. No longo curso,

o crescimento foi de 47%, de 33.820 TEU em 2019 para 49.640 TEU em 2020. Em toneladas, a movimentação de cargas conteinerizadas apresentou um crescimento de 5% ante o ano de 2019, totalizando 4.818.581 toneladas.

A capacidade de geração de recursos próprios (EBITDA ) no exercício foi de R$57.786.887,51 (cinquenta e sete milhões, setecentos e oitenta e seis mil, oitocentos e ciquenta e sete reais e cinquenta e um centavos), o que possibilitou à CIPP S/A realizar seus próprios investimentos e pagar suas despesas de custeio, permitindo, dessa forma, uma crescente desoneração do Estado em seus repasses para prover o desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém. O crescimento da movimentação portuária em 2019, a gestão dos custos e despesas da Companhia e a concessão de benefício fiscal de modernização junto a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, proporcionaram a CIPP S/A encerrar o exercício com um Lucro Líquido de R$31.486.180,15 (trinta e um milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil, cento e oitenta reais e quinze centavos).

Por fim, queremos agradecer o empenho e a entrega de todo o nosso time e parceiros, que trabalham para prestar sempre um serviço de excelência. Estejam certos de que estamos fazendo os investimentos necessários e que continuaremos trabalhando arduamente para satisfazer nossos clientes e demais interessados buscando o desenvolvimento do Estado e a geração de valor aos acionistas.

Danilo Gurgel Serpa
DIRETOR PRESIDENTE
George Lopes Braga
VICE PRESIDENTE FINANCEIRO

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM - CIPP, no uso de suas atribuições legais, inclusive aquelas conferidas pelo artigo 163, da Lei nº 6.404, de 15/12/76, declara que examinou o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Com base nos exames efetuados, considerando o Relatório da Auditoria Externa elaborado pela BDO RCS AUDITORES INDEPENDENTES, destacamos a ressalva da ausência de controle do ativo imobilizado da Companhia. Considerando as informações e esclarecimentos recebidos das áreas técnicas no decorrer do exercício, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos refletem adequadamente a sua situação patrimonial, financeira e as atividades desenvolvidas da CIPP no citado exercício, estando em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Fortaleza, 08 de abril de 2021.

César Augusto Ribeiro
PRESIDENTE DO CONSELHO
Francisco de Queiroz Maia Júnior
CONSELHEIRO
Fco. das Chagas Cipriano Vieira
CONSELHEIRO
José Élcio Batista
CONSELHEIRO
Janaína Carla Farias
CONSELHEIRA

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM - CIPP S.A.
(Anteriormente denominada como: Companhia de Integração Portuária do Ceará – Cearáportos)
Relatório do auditor independente
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020

FSC
www.fsc.org
MISTO
Papel produzido a partir de fontes responsáveis
FSC® C126031

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Balanços patrimoniais individuais e consolidados
Demonstrações do resultado individuais e consolidadas
Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas
Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas – método indireto
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas e Administradores da
Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP S.A.
(Anteriormente denominada como: Companhia de Integração Portuária do Ceará – Cearáportos)
São Gonçalo do Amarante - CE

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos mencionados na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as regulamentações previstas na Lei nº 8.666/93 (“Lei das licitações”).

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Ausência de controle do ativo imobilizado

Conforme Nota Explicativa nº 10 às demonstrações contábeis, o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 da Companhia apresenta nas rubricas de imobilizado os montantes de R$ 5.736 mil e R$ 6.298 mil, respectivamente, nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. A Companhia está revisando o sistema de controle físico do ativo imobilizado que fornecerá, quando concluído o processo, subsídios para análise da composição, movimentação e depreciação dos itens que compõem as respectivas rubricas do imobilizado, bem como comprovação documental do custo contábil registrado. Pelo fato de a revisão desse processo não ter sido concluída até a presente data, não nos foi possível determinar eventual necessidade de ajustes sobre o imobilizado em 31 de dezembro de 2020 e dos encargos de depreciação reconhecidos no exercício findo nessa data, assim como nos demais elementos das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo nessa data.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP S.A. e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis - contabilização da aquisição de investimento a valor de mercado entre entidades de controle comum

Chamamos atenção para as Notas Explicativas no 9 às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, nas quais citam que a Companhia registrou o ágio e mais valia decorrente da aquisição da totalidade das ações da Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportação do Ceará (ZPE). A aquisição dessa Companhia ocorreu em função de condições impostas pelo Porto de Roterdã no processo de aquisição de participação societária. Entretanto, à época, a adquirente e adquirida possuíam controle acionário comum, do Governo do Estado do Ceará. Em função de serem Entidades Públicas, ambas são obrigadas a seguir as regulamentações da Lei nº 8.666/93 (“Lei das Licitações”) que impõe que a aquisição seja realizada a valor de mercado, devidamente suportado por laudo de avaliação aprovado pelos órgãos de governança da Companhia. Portanto, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

acima referidas devem ser lidas nesse contexto e podem não ser adequadas para outros fins. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.
Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as regulamentações previstas na Lei Estadual n° 8.666/93 ("Lei das licitações"), bem como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP S.A. e sua Controlada continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e sua Controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
Fortaleza, 26 de março de 2021.

Bdo Rcs Auditores Independentes Ss
CRC 2 CE 001465/F-4
Tiago de Sá Barreto Bezerra
CONTADOR CRC 1 CE 024436/O-5

FSC
www.fsc.org
MISTO
Papel produzido a partir de fontes responsáveis
FSC® C126031

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de Reais)

| ATIVO | | | | | | PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | NOTA EXPLICATIVA | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | | | NOTA EXPLICATIVA | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
| | | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | | | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Circulante | | | | | | Circulante | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 116.935 | 212.537 | 136.676 | 233.212 | Fornecedores | 12 | 8.976 | 5.505 | 12.195 | 6.799 |
| Títulos e valores mobiliários c | 6 | 116.331 | - | 116.331 | - | Obrigações fiscais | 13 | 4.126 | 6.332 | 6.291 | 7.950 |
| Contas a receber | 7 | 21.873 | 21.432 | 25.753 | 23.258 | Obrigações sociais e trabalhistas | 14 | 4.043 | 3.623 | 4.470 | 3.991 |
| Estoques | | 277 | 680 | 277 | 680 | Valores a pagar por aquisição de investida | 9.1 | 28.400 | 28.400 | 28.400 | 28.400 |
| Impostos a recuperar | 8 | 4.597 | 13.947 | 4.804 | 14.075 | Dividendos a pagar | | 6.760 | 7.711 | 6.760 | 7.711 |
| Despesas pagas antecipadamente | | 1.547 | 1.499 | 1.554 | 1.522 | Participações nos lucros a pagar | 15 | 9.974 | 9.500 | 12.364 | 11.810 |
| Dividendos a receber | | 3.454 | 2.273 | - | - | Outras contas a pagar | | 102 | 88 | 126 | 105 |
| Outros créditos | | 282 | 808 | 282 | 808 | | | 62.381 | 61.159 | 70.606 | 66.766 |
| | | 265.296 | 253.176 | 285.677 | 273.555 | | | | | | |
| | | | | | | Não circulante | | | | | |
| Não circulante | | | | | | Provisões para contingências | 16 | 52.539 | 52.493 | 52.539 | 52.493 |
| Títulos e valores mobiliários nc | 6 | 52.155 | 51.660 | 52.155 | 51.660 | | | 52.539 | 52.493 | 52.539 | 52.493 |
| Depósitos judiciais | | 871 | 867 | 872 | 868 | | | | | | |
| Tributos diferidos | | 1.700 | 6.003 | 1.700 | 6.003 | Patrimônio líquido | 17 | | | | |
| Investimentos | 9 | 98.274 | 95.580 | 23 | 23 | Capital social | | 1.069.658 | 1.069.658 | 1.069.658 | 1.069.658 |
| Imobilizado | 10 | 5.736 | 6.616 | 6.298 | 7.814 | Reserva de lucros a realizar | | 20.290 | 23.146 | 20.290 | 23.146 |
| Intangível | 11 | 809.184 | 816.510 | 894.716 | 896.096 | Reserva legal | | 5.869 | 4.446 | 5.869 | 4.446 |
| Diferido | | 54 | 54 | 54 | 54 | Reserva de incentivo fiscal | | 22.485 | 19.488 | 22.485 | 19.488 |
| | | 967.974 | 977.290 | 955.818 | 962.518 | Ajustes de Avaliação Patrimonial | | 48 | 76 | 48 | 76 |
| | | | | | | | | 1.118.350 | 1.116.814 | 1.118.350 | 1.116.814 |
| **TOTAL DO ATIVO** | | **1.233.270** | **1.230.466** | **1.241.495** | **1.236.073** | **TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | | **1.233.270** | **1.230.466** | **1.241.495** | **1.236.073** |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

| | NOTA EXPLICATIVA | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Receita líquida de vendas | 18 | 154.363 | 169.219 | 199.195 | 211.566 |
| (-) Custo dos serviços prestados | 19 | (97.706) | (86.371) | (111.454) | (97.592) |
| (=) Lucro bruto | | 56.657 | 82.848 | 87.741 | 113.974 |
| (+/-) Receitas/(despesas) operacionais | | | | | |
| Gerais e administrativas | 20 | (31.052) | (42.777) | (43.222) | (58.337) |
| Despesas tributárias | | (1.000) | (1.324) | (1.009) | (1.412) |
| Equivalência patrimonial | 9 | 14.538 | 9.570 | - | - |
| Outras receitas/(despesas) operacionais | | 4.921 | (122) | 10.322 | 316 |
| (=) Lucro operacional antes do resultado financeiro | | 44.064 | 48.195 | 53.832 | 54.541 |
| Despesas financeiras | 21 | (379) | (5.603) | (385) | (5.642) |
| Receitas financeiras | 21 | 8.790 | 14.314 | 10.112 | 15.570 |
| (=) Resultado financeiro, líquido | | 8.411 | 8.711 | 9.727 | 9.928 |
| (=) Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social | | 52.475 | 56.906 | 63.559 | 64.469 |
| (-) Impostos sobre a renda | 22 | (9.748) | (18.024) | (18.442) | (23.277) |
| (+) Incentivo fiscal - SUDENE | 22 | 2.997 | 8.716 | 2.997 | 8.716 |
| (-) Impostos diferidos | 22 | (4.303) | 3.147 | (4.303) | 3.147 |
| Participação de empregados e administradores | | (9.964) | (9.489) | (12.354) | (11.799) |
| (=) Lucro do exercício | | 31.457 | 41.256 | 31.457 | 41.256 |
| Quantidade de ações ponderadas no exercício | | 176.926.942 | 176.926.942 | | |
| Lucro do exercício, básico e diluído, por lote de mil ações -(R$) | | 0,00018 | 0,00023 | | |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

| | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Lucro líquido do exercício | 31.457 | 41.256 | 31.457 | 41.256 |
| Outros resultados abrangentes | - | - | - | - |
| **TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO** | **31.457** | **41.256** | **31.457** | **41.256** |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuis e consolidadas.

FSC
www.fsc.org
MISTO
Papel produzido a partir de fontes responsáveis
FSC® C126031

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

| | CAPITAL SOCIAL | (-) AÇÕES EM TESOURARIA | RESERVA DE LUCROS A REALIZAR | RESERVA LEGAL | RESERVAS DE INCENTIVOS FISCAIS | ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL | AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL | LUCROS ACUMULADOS | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 | 286.414 | (21) | 1.704 | 2.819 | 10.772 | 783.265 | 121 | - | 1.085.074 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | - | - | 41.256 | 41.256 |
| Aumento de capital | 783.244 | 21 | - | - | - | (783.265) | - | - | - |
| Dividendos a pagar de exercícios anteriores | - | - | (1.743) | - | - | - | - | - | (1.743) |
| Realização de ajuste a avaliação patrimonial | - | - | - | - | - | - | (45) | - | (45) |
| Constituição da reserva de incentivo fiscal | - | - | - | - | 8.716 | - | - | (8.716) | - |
| Constituição da reserva legal | - | - | - | 1.627 | - | - | - | (1.627) | - |
| Dividendos mínimos obrigatórios | - | - | - | - | - | - | - | (7.728) | (7.728) |
| Constituição da reserva de lucros a realizar | - | - | 23.185 | - | - | - | - | (23.185) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 | 1.069.658 | - | 23.146 | 4.446 | 19.488 | - | 76 | - | 1.116.814 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | - | - | 31.457 | 31.457 |
| Dividendos a pagar de exercícios anteriores | - | - | (23.133) | - | - | - | - | - | (23.133) |
| Realização de ajuste da avaliação patrimonial | - | - | - | - | - | - | (28) | - | (28) |
| Constituição da reserva de incentivo fiscal | - | - | - | - | 2.997 | - | - | (2.997) | - |
| Constituição da reserva legal | - | - | - | 1.423 | - | - | - | (1.423) | - |
| Dividendos mínimos obrigatórios | - | - | - | - | - | - | - | (6.760) | (6.760) |
| Constituição da reserva de lucros a realizar | - | - | 20.277 | - | - | - | - | (20.277) | - |
| **SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020** | **1.069.658** | **-** | **20.290** | **5.869** | **22.485** | **-** | **48** | **-** | **1.118.350** |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

| | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | | | |
| Lucro líquido do período | 31.457 | 41.256 | 31.457 | 41.256 |
| Itens que não afetam o caixa operacional | | | | |
| Resultado de alienação de ativo imobilizado/intangível | - | 500 | - | 500 |
| Equivalência patrimonial | (14.538) | (9.570) | - | - |
| Depreciações e amortizações | 35.524 | 34.327 | 38.312 | 35.523 |
| Amortização de mais valia | 1.571 | - | - | - |
| Impostos diferidos | 4.303 | (3.147) | 4.303 | (3.147) |

| | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Amortização da avaliação patrimonial | (28) | - | (28) | - |
| Contingências | 46 | 4.390 | 46 | 4.390 |
| Provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa, líquidas | (3.071) | 4.864 | (3.071) | 4.864 |
| Lucro líquido ajustado | 55.264 | 72.620 | 71.019 | 83.386 |
| (Aumento líquido)/redução nos ativos operacionais | | | | |
| Contas a receber de clientes | 2.630 | (11.639) | 576 | (11.570) |
| Estoques | 403 | (469) | 403 | (469) |
| Outros créditos | 526 | (47) | 526 | (47) |
| Impostos a recuperar | 9.350 | (3.599) | 9.271 | (3.720) |
| Depósitos judicais | (4) | (708) | (4) | (3.147) |
| Despesas pagas antecipadamente | (48) | (154) | (32) | (154) |
| Aumento líquido/(redução) nos passivos operacionais | | | | |
| Fornecedores | 3.471 | 612 | 5.396 | 1.300 |
| Obrigações fiscais | (2.206) | 3.888 | (1.659) | 4.929 |
| Obrigações sociais e trabalhistas | 420 | 603 | 479 | 51 |
| Participações nos lucros a pagar | 474 | 4.410 | 554 | 5.616 |
| Outras contas a pagar | 14 | (5.716) | 21 | (1.050) |
| Caixa líquido das atividades operacionais | 70.294 | 59.801 | 86.550 | 75.125 |
| Fluxos de caixa das atividades de investimento | | | | |
| Aplicações financeiras - escrow account | (495) | 3.065 | (495) | 3.065 |
| Títulos e valores mobiliários | (116.331) | - | (116.331) | - |
| Recebimento de dividendos de controladas | 9.092 | 2.836 | - | - |
| Aquisição de bens do imobilizado/intangível | (27.318) | (18.381) | (35.436) | (19.209) |
| Baixa de ativo imobilizado | - | - | 20 | - |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos | (135.052) | (12.480) | (152.242) | (16.144) |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento | | | | |
| Pagamento de dividendos | (30.844) | (2.194) | (30.844) | (2.194) |
| Caixa líquido (aplicado)/gerado nas atividades de financiamentos | (30.844) | (2.194) | (30.844) | (2.194) |
| (Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa | (95.602) | 45.127 | (96.536) | 56.787 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do período | 212.537 | 167.410 | 233.212 | 176.425 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do período | 116.935 | 212.537 | 136.676 | 233.212 |
| (Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa | (95.602) | 45.127 | (96.536) | 56.787 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis individuais e consolidadas.

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A atividade da Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP S.A. ("Companhia" ou "CIPP") teve sua origem formal em 22 de dezembro de 1995, data de sua criação por meio da Lei Estadual nº 12.536 publicada no Diário Oficial do Estado em 27 de dezembro de 1995.

A Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP S.A. está vinculada às políticas estaduais voltadas ao tema estratégico "Infraestrutura e Mobilidade", e ao eixo "Ceará de Oportunidades", ambos presentes no Plano Plurianual – PPA do quadriênio 2020-2024 e no tocante ao Ceará 2050 no que tange ao "Programa Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém" em relação às iniciativas: "Qualificação Tecnológica do Terminal Portuário do Pecém" e "Expansão da atração de investimento para o Complexo Industrial e Portuário do Pecém e a Zona de Processamento de Exportações". O resultado esperado para as políticas desenvolvidas nesse eixo é o de assegurar o desenvolvimento sustentável. O principal indicador para fins de acompanhamento do atingimento do resultado é o que trata da Estrutura Portuária Modernizada.

Destaque-se que o tema estratégico "Infraestrutura e Mobilidade" adere a missão do Porto do Pecém de oferecer soluções seguras e eficientes de logística de transporte multimodal de cargas, atuando como indutor de novos negócios, diretamente ou por meio de parcerias, promovendo o desenvolvimento sustentável para o Estado do Ceará e a sua visão de futuro que é tornar-se até 2030 um dos maiores portos-indústrias do país, um porto concentrador (hub) e principal acesso para a nova fronteira agrícola.

O Estado, com sua política, propõe investimentos em todos os modais de transporte, contemplando os transportes rodoviário, ferroviário, marítimo e aeroviário, envolvendo recursos estaduais e federais. Visa-se o fortalecimento dos eixos logísticos de integração regionais, adequando-os a uma nova realidade de uma rede logística eficiente. Todos os projetos têm como norteador o Programa Estadual de Logística e Transportes do Ceará- PELT/ CE, que se propõe a ser um norteador das ações do Governo do Estado, numa visão de longo prazo, fornecendo os elementos necessários à preparação de uma agenda para a política da logística de carga, que priorize os investimentos em projetos de transportes e procedimentos na cadeia logística com a maior potencialidade de obter ganhos de eficiência nos custos.

Em relação a CIPP, e de modo a ampliar a capacidade de movimentação de cargas do Terminal Portuário do Pecém, encontra-se em implantação a 2ª fase de expansão do Terminal Portuário, contemplando novos berços de atracação, uma nova ponte acesso aos píeres e o alargamento do quebra-mar existente, tudo contemplado pelo Plano de Desenvolvimento Portuário. Além desses, são necessários investimentos na retro área e na infraestrutura on-shore do Terminal que ocorrerão pari passo ao ritmo de ampliação da estrutura off-shore e do crescimento na movimentação no porto, de modo que se mantenha o alto nível de desempenho operacional e de produtividade.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração da Companhia em 26 de março de 2021.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todo o período apresentado, salvo indicação contrária.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis da Companhia e sua controlada foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção do seguinte item:

• Instrumentos financeiros: mensurados a valor justo por meio do resultado.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da Companhia exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis.

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados podem ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes.

2.3. Base de consolidação

As informações contábeis consolidadas incluem as informações da Companhia e sua controlada direta, a seguir:

| | % DE PARTICIPAÇÃO | |
|---|---|---|
| | DEZ/20 | DEZ/19 |
| Companhia Administradora da Zona Portuária de Processamento de Exportação do Ceará - ZPE Ceará | 100,00% | 100,00% |

As políticas contábeis foram aplicadas com uniformidade em sua controlada e consistentes com aquelas utilizadas no período anterior.

FSC www.fsc.org MISTO Papel produzido a partir de fontes responsáveis FSC® C126031

Não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado atribuído aos sócios da Companhia em suas demonstrações contábeis consolidadas e o patrimônio líquido e resultado da Companhia em suas demonstrações contábeis individuais.
As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que o controle deixa de existir.
Saldos e transações intercompany, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intercompany, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas.
2.4. Moeda funcional
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional") e estão sendo apresentadas em milhares de reais.
2.5. Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.
2.6. Instrumentos financeiros
Classificação – ativos e passivos financeiros
O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR).
Redução ao valor recuperável (impairment) - ativos financeiros e ativos contratuais:
O modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito com base na melhor estimativa da Administração.
Compensação de instrumentos financeiros
Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.
2.7. Contas a receber de clientes
As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia e de sua controlada. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.
As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas das contas a receber (impairment). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para impairment, se necessária.
2.8. Estoques
Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição, são substancialmente de almoxarifado, composto de itens para consumo na operação e na administração da Companhia.
2.9. Outras contas a receber (circulante e não circulante)
Estas são demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetários auferidos.
2.10. Investimentos
Nas demonstrações contábeis individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. As demonstrações contábeis de controladas são consolidadas integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Sociedade.
2.11. Imobilizado
O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.
A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.
Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício social.
Somente os bens no qual a Companhia possui o controle são classificados como Ativo Imobilizado. Os bens adquiridos pela Companhia e vinculados ao contrato de cessão serão classificados como intangível conforme divulgado na nota explicativa 2.12.
2.12. Ativos intangíveis
Direto de uso
Em 05 de junho de 2001 a União por intermédio do Ministério dos Transporte celebrou juntamente com o Governo do Estado Ceará com a interveniência da Companhia, contrato de adesão no qual autoriza a Companhia a exploração do terminal de uso privativo (TUP) situado no distrito do Pecém no município de São Gonçalo do Amarante – CE.
Em 2018 foi celebrado entre o Governo do Estado do Ceará e a Companhia termo de cessão de direito de uso de bens, que tem como objeto a cessão, para a Companhia, dos ativos (terrenos, edificações, benfeitorias etc.) que são de propriedade do Estado e fazem parte do Complexo Portuário do Pecém.
Apesar da Companhia não se caracterizar juridicamente como uma concessionária de serviços públicos, a Companhia atua como prestadora de serviços, construindo ou melhorando a infraestrutura utilizada para prestar um serviço de utilidade pública, no qual inclusive é regulamentado pela Agência Nacional dos Transportes Aquaviários (ANTAQ), no qual tem autonomia para intervir em políticas de preços e tarifas e em outros aspectos operacionais do Porto.
Adicionalmente é válido mencionar que a Companhia não detém a propriedade efetiva dos ativos cedidos, no qual no término do contrato de cessão tais ativos são devolvidos ao Estado do Ceará.
Considerando a orientação técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão, que estabelece que outras modalidades de contratos, similares a contratos de concessão, também estão inclusas no escopo do ICPC 01 (R1), a Companhia possuí a política contábil de apresentar como intangível o direito de uso de tais ativos, sendo esses amortizados pelo prazo do contrato de cessão de direito de uso.
Softwares
As licenças de programas de computador (softwares) e de sistemas de gestão empresarial adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos e são amortizadas conforme vida útil.
Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorrido.
Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos no ativo intangível quando os seguintes critérios são atendidos:
• É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;
• A Administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo;
• O software pode ser vendido ou usado;
• Pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros;
• Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software;
• O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.
Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.
Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.
2.13. Impairment de ativos não financeiros
Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.
Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.
Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente. Os ativos não financeiros, que tenham sofrido impairment, são revisados para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório.
2.14. Fornecedores e outras contas a pagar
As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso

FSC www.fsc.org MISTO Papel produzido a partir de fontes responsáveis FSC® C126031

normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.15. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.16. Participações nos lucros

O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

2.17. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos: corrente e diferido.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço no país em que a Companhia atua e gera lucro tributável.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de Impostos de Renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os Impostos de Renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os Impostos de Renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os Impostos de Renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.18. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e registrada no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

A Companhia goza de incentivo fiscal (benefício SUDENE) de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis.

Os valores correspondentes à redução do imposto de renda são contabilizados como redução das correspondentes despesas de impostos no resultado do período e posteriormente transferido para o patrimônio líquido na conta “Reserva de Incentivo Fiscal”.

2.19. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.20. Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) e reconhecidos ao custo de aquisição e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

2.21. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e de sua controlada.

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade.

(a) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

3. Instrumentos financeiros

3.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e de sua controlada a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

O programa de gestão de risco da Companhia e de sua controlada se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia e de sua controlada.

A gestão de risco é realizada pela alta Administração da Companhia e de sua controlada, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A Alta Administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

(a) Risco de mercado (taxa de juros)

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia e sua controlada vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros (aplicável as aplicações financeiras, pois a Companhia e sua controlada não possuem empréstimos e financiamentos).

Com relação a taxa de juros, a Administração da Companhia entende que esse risco é reduzido, pois somente realiza investimentos atrelados ao CDI e monitora continuamente o comportamento desse indicador no mercado, visando reduzir a exposição da Companhia e de sua controlada.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, bem como de exposições de crédito com clientes.

Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha. Para os créditos com clientes, a Administração da Companhia faz o gerenciamento constantes de tais clientes.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

3.2. Gestão de capital

A Companhia busca alternativas de capital com o objetivo de satisfazer as suas necessidades operacionais, objetivando uma estrutura de capital que leve em consideração parâmetros adequados para os custos financeiros, os prazos de vencimento das captações e suas garantias.

4. Estimativas e premissas contábeis críticas

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia e de sua controlada no processo de aplicação das políticas contábeis.

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

As premissas e estimativas significativas para demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão relacionadas a seguir:

a) Imposto de Renda, Contribuição social e outros impostos

A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e a base tributária dos ativos e passivos, utilizando as alíquotas em vigor. A Companhia revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica.

FSC
www.fsc.org
MISTO
Papel produzido a partir de fontes responsáveis
FSC® C126031

b) Provisões para riscos processuais

A Companhia e sua controlada são partes em diversos processos judiciais e administrativos como descrito na nota explicativa nº 16. Provisões são constituídas para os riscos tributários, cíveis e trabalhistas referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais. A Administração acredita que essas provisões para riscos processuais estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

5. Caixa e equivalentes de caixa

| | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|
| | DEZ/20 | DEZ/19 | DEZ/20 | DEZ/19 |
| Caixa | 4 | 4 | 4 | 7 |
| Conta corrente | 11 | 4 | 25 | 18 |
| Aplicações | 116.920 | 212.529 | 136.647 | 233.187 |
| | **116.935** | **212.537** | **136.676** | **233.212** |

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

6. Títulos e valores mobiliários

| | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|
| | DEZ/20 | DEZ/19 | DEZ/20 | DEZ/19 |
| Escrow Account (i) | 52.155 | 51.660 | 52.155 | 51.660 |
| Aplicações diversas (ii) | 116.331 | - | 116.331 | - |
| | **168.486** | **51.600** | **168.486** | **51.660** |
| | | | | |
| Circulante | 116.331 | - | 116.331 | - |
| Não circulante | 52.155 | 51.660 | 52.155 | 51.660 |

(i) O saldo de Escrow Account refere-se a valor mantido em aplicação financeira oriundo da alienação de parte das ações ao Porto de Roterdã (“PoR”). O Saldo está aplicado em certificado de depósito bancário com referência a 100% do “CDI”.

(ii) As aplicações diversas são aplicações financeiras realizadas durante o exercício corrente junto a instituição financeira Holandesa Rabobank, com resgate projetado para os meses de maio e agosto de 2021 representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

7. Contas a receber

| | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|
| | DEZ/20 | DEZ/19 | DEZ/20 | DEZ/19 |
| Mercado interno | 14.992 | 27.434 | 18.872 | 29.260 |
| Créditos a faturar | 7.434 | 11.282 | 7.434 | 11.282 |
| (-) Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa | (553) | (17.284) | (553) | (17.284) |
| | **21.873** | **21.432** | **25.753** | **23.258** |

FSC www.fsc.org MISTO Papel produzido a partir de fontes responsáveis FSC® C126031

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

| AGING LIST | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|
| | DEZ/20 | DEZ/19 | DEZ/20 | DEZ/19 |
| Títulos a vencer | 7.108 | 6.733 | 10.988 | 8.559 |
| Até 30 dias | 249 | 2.448 | 249 | 2.448 |
| De 30 a 60 dias | 71 | 293 | 71 | 293 |
| Há mais de 60 dias | 7.564 | 17.960 | 7.564 | 17.960 |
| | **14.992** | **27.434** | **18.872** | **29.260** |

A Companhia registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada dos clientes.

A movimentação da Provisão Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD) está demonstrada abaixo:

| | CONTROLADORA/ CONSOLIDADO |
|---|---|
| Saldo inicial em 31 de dezembro de 2019 | (17.284) |
| Adições | (672) |
| Reversões | 3.743 |
| Baixas | 13.660 |
| **SALDO FINAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020** | **(553)** |

8. Impostos a recuperar

| | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|
| | DEZ/20 | DEZ/19 | DEZ/20 | DEZ/19 |
| Saldo negativo de IRPJ e CSLL | 2.576 | 10.420 | 2.658 | 10.502 |
| PIS e COFINS a recuperar | - | 110 | 114 | 145 |
| IRRF a recuperar | 1.503 | 2.589 | 1.503 | 2.589 |
| Demais tributos a recuperar | 518 | 828 | 529 | 839 |
| | **4.597** | **13.947** | **4.804** | **14.075** |

9. Investimentos

A movimentação dos investimentos está demonstrada a seguir:

| | ZPE | MAIS VALIA - CONTRATOS COM CLIENTES | MAIS VALIA - AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO | MAIS VALIA - SOFTWARE | INVESTIMENTOS MANTIDOS AO CUSTO (I) | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Saldo inicial em 31 de dezembro de 2018 | 13.496 | 21.510 | 55.877 | - | 23 | 90.906 |
| Ajuste prospectivo do PPA (Purchase price allocation) | - | 1.312 | (1.561) | 249 | - | - |
| Amortização da mais valia | - | (2.156) | - | (70) | - | (2.226) |
| Resultado de equivalência patrimonial | 9.570 | - | - | - | - | 9.570 |
| Distribuição de dividendos para a CIPP | (2.670) | - | - | - | - | (2.670) |
| Saldo inicial em 31 de dezembro de 2019 | 20.396 | 20.666 | 54.316 | 179 | 23 | 95.580 |
| Amortização da mais valia | - | (1.521) | - | (50) | - | (1.571) |
| Resultado de equivalência patrimonial | 14.538 | - | - | - | - | 14.538 |
| Distribuição de dividendos para a CIPP | (10.273) | - | - | - | - | (10.273) |
| **SALDO FINAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020** | **24.661** | **19.145** | **54.316** | **129** | **23** | **98.274** |

(i) Refere-se a investimento mantidos nas empresas Têxtil Bezerra de Menezes – TBM e Gerdau S/A. A Companhia não mantém influência significativa sobre tais investimentos, em função disso, mantém ao valor de custo;

9.1. Combinação de negócio - ZPE

A Companhia, através de processo de dispensa de licitação, devidamente homologado pelo parecer 05/2018 (processo n° 32673770/2018) emitido pela Procu-

radoria Geral do Estado do Ceará, em 25 de julho de 2018, celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças para aquisição de 10.000.000 (dez milhões) de ações da Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportação do Ceará - ZPE, sociedade brasileira que tem como principal atribuição promover atos de gestão necessários à implantação, operação e desenvolvimento da Zona de Processamento de Exportação do Ceará.
Devido a necessidade de dispensa de licitação, o processo de aquisição das ações da Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportação do Ceará – ZPE, teve que seguir as previsões legais do art. 26° da Lei 8.666/93. Em função disto, a aquisição das ações da Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportação do Ceará – ZPE se deu pelo valor de mercado.
A aquisição foi realizada pelo valor de R$ 90.899.928,28 (noventa milhões, oitocentos e noventa e nove mil, novecentos e vinte oito reais e vinte e oito centavos). No sentido de atender aos requisitos legais de reconhecimento da transação, a Companhia contratou consultoria especializada e independente para elaboração de laudo de avaliação de valor justo, à data de aquisição. Baseado no laudo de avaliação, a Companhia alocou o preço de aquisição da seguinte forma:

| | |
|---|---|
| Parcela fixa do preço de aquisição | 90.900 |
| (-) Patrimônio líquido da empresa adquirida | (13.513) |
| **PREÇO PAGO EXCEDENTE** | **77.387** |
| (-) Ativos intangíveis identificados a valor justo | (21.510) |
| **ÁGIO (PARCELA NO PREÇO NÃO ALOCADA)** | **55.877** |

Do valor de R$ 90.900 referente ao preço de aquisição da Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportação do Ceará – ZPE, R$34.000 remanesciam a pagar em 31 de dezembro de 2020.
A seguir, são apresentados os valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição:

| ATIVO | ACERVO LÍQUIDO ADQUIRIDO EM 03.08.2018 | AJUSTE AO VALOR JUSTO | ACERVO LÍQUIDO ADQUIRIDO AO VALOR JUSTO |
|---|---|---|---|
| Caixa e equivalentes de caixa | 7.092 | - | 7.092 |
| Contas a receber | 2.250 | - | 2.250 |
| Impostos a recuperar | 91 | - | 91 |
| Despesas pagar antecipadas | 95 | - | 95 |
| Ativo circulante | 9.528 | - | 9.528 |
| Depósitos judicais | 1 | - | 1 |
| Imobilizado | 1.495 | - | 1.495 |
| Intangível | 4.513 | - | 4.513 |
| Relacionamento contratual com cliente (a) | - | 21.510 | 21.510 |
| Ágio na aquisição de investimentos | - | 55.877 | 55.877 |
| Não circulante | 6.009 | 77.387 | 83.396 |
| **TOTAL DO ATIVO** | **15.537** | **77.387** | **92.924** |

| PASSIVO | ACERVO LÍQUIDO ADQUIRIDO EM 03.08.2018 | AJUSTE AO VALOR JUSTO | ACERVO LÍQUIDO ADQUIRIDO AO VALOR JUSTO |
|---|---|---|---|
| Fornecedores | 735 | - | 735 |
| Obrigações fiscais | 452 | - | 452 |
| Obrigações trabalhistas | 822 | - | 822 |
| Outras contas a pagar | 15 | - | 15 |
| Passivo circulante | 2.024 | - | 2.024 |
| Patrimônio líquido | 13.513 | 77.387 | 90.900 |
| Patrimônio líquido | 13.513 | 77.387 | 90.900 |
| **TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | **15.537** | **77.387** | **92.924** |

a) Refere-se ao valor justo da existência de relacionamento contratual com cliente de longa data e que representa uma vantagem competitiva. Esse ativo intangível tem vida útil definida estimada em 3 anos;
10. Imobilizado

| | CONTROLADORA | | | |
|---|---|---|---|---|
| | DEZ/20 | | | DEZ/19 |
| | CUSTO | DEPRECIAÇÃO ACUMULADA | LÍQUIDO | VALOR LÍQUIDO |
| Móveis e utensílios | 1.886 | (1.301) | 585 | 750 |
| Máquinas, equip. e ferramentas | 5.579 | (2.209) | 3.370 | 3.076 |
| Veículos | 2.898 | (2.380) | 518 | 800 |
| Equipamentos de proc dados | 5.636 | (4.841) | 795 | 1.431 |
| Embarcações | 29 | (16) | 13 | 16 |
| Equipamentos de comunicações | 881 | (530) | 351 | 429 |
| Outros bens imóveis | 15 | (3) | 12 | 13 |
| Instalações portuárias e marítimas | 48 | (6) | 42 | 42 |
| Biblioteca | 5 | (5) | - | - |
| Câmara frigorifica | 210 | (168) | 42 | 50 |
| Veículos aéreos não tripulados | 10 | (2) | 8 | 9 |
| **TOTAIS** | **17.197** | **(11.461)** | **5.736** | **6.616** |

| | CONSOLIDADO | | | |
|---|---|---|---|---|
| | DEZ/20 | | | DEZ/19 |
| | CUSTO | DEPRECIAÇÃO ACUMULADA | LÍQUIDO | VALOR LÍQUIDO |
| Móveis e utensílios | 2.019 | (1.367) | 652 | 830 |
| Máquinas, equip. e ferramentas | 5.902 | (2.330) | 3.572 | 3.767 |
| Veículos | 3.173 | (2.627) | 546 | 884 |
| Equipamentos de proc dados | 6.323 | (5.263) | 1.060 | 1.774 |
| Embarcações | 29 | (16) | 13 | 16 |
| Equipamentos de comunicações | 881 | (530) | 351 | 429 |
| Outros bens imóveis | 15 | (3) | 12 | 13 |
| Instalações portuárias e marítimas | 48 | (6) | 42 | 42 |
| Biblioteca | 5 | (5) | - | - |
| Camara frigorifica | 210 | (168) | 42 | 50 |
| Veículos aéreos não tripulados | 10 | (2) | 8 | 9 |
| **TOTAIS** | **18.615** | **(12.317)** | **6.298** | **7.814** |

Movimentação do ativo imobilizado:

| | MOVIMENTAÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| BENS EM OPERAÇÃO | DEZ/19 | AQUISIÇÕES | BAIXAS | DEPRECIAÇÕES | RECLASSIFICAÇÕES | DEZ/20 |
| Móveis e utensílios | 750 | 53 | - | (218) | - | 585 |
| Máquinas, equip. e ferramentas | 3.076 | 283 | - | (504) | 515 | 3.370 |
| Veículos | 800 | - | - | (282) | - | 518 |
| Equipamentos de proc dados | 1.431 | 220 | - | (856) | - | 795 |
| Embarcações | 16 | - | - | (3) | - | 13 |
| Equipamentos de comunicações | 429 | 7 | - | (85) | - | 351 |
| Outros bens imóveis | 13 | - | - | (1) | - | 12 |

FSC www.fsc.org MISTO Papel produzido a partir de fontes responsáveis FSC® C126031

| | MOVIMENTAÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| BENS EM OPERAÇÃO | DEZ/19 | AQUISIÇÕES | BAIXAS | DEPRECIAÇÕES | RECLASSIFICAÇÕES | DEZ/20 |
| Instalações portuárias e marítimas | 42 | - | - | - | - | 42 |
| Camara frigorifica | 50 | - | - | (8) | - | 42 |
| Veículos aéreos não tripulados | 9 | - | - | (1) | - | 8 |
| | **6.616** | **563** | **-** | **(1.958)** | **515** | **5.736** |

Consolidado

| | MOVIMENTAÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| BENS EM OPERAÇÃO | DEZ/19 | AQUISIÇÕES | BAIXAS | DEPRECIAÇÕES | RECLASSIFICAÇÕES | DEZ/20 |
| Móveis e utensílios | 830 | 53 | - | (231) | - | 652 |
| Máquinas, equip. e ferramentas | 3.767 | 283 | (20) | (538) | 80 | 3.572 |
| Veículos | 884 | - | - | (338) | - | 546 |
| Equipamentos de proc dados | 1.774 | 278 | - | (992) | - | 1.060 |
| Embarcações | 16 | - | - | (3) | - | 13 |
| Equipamentos de comunicações | 429 | 7 | - | (85) | - | 351 |
| Outros bens imóveis | 13 | - | - | (1) | - | 12 |
| Instalações portuárias e marítimas | 42 | - | - | - | - | 42 |
| Camara frigorifica | 50 | - | - | (8) | - | 42 |
| Veículos aéreos não tripulados | 9 | - | - | (1) | - | 8 |
| | **7.814** | **621** | **(20)** | **(2.197)** | **80** | **6.298** |

11. Intangível

Controladora

| | MOVIMENTAÇÃO DO ATIVO INTANGÍVEL | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | DEZ/19 | AQUISIÇÕES | RECLASSIFICAÇÕES | AMORTIZAÇÃO | DEZ/20 |
| Direito de uso | 850.326 | 22.105 | (515) | - | 871.916 |
| Software | 1.265 | 4.650 | - | - | 5.915 |
| Amortização direito de uso | (34.177) | - | - | (32.681) | (66.858) |
| Amortização software | (904) | - | - | (885) | (1.789) |
| | **816.510** | **26.755** | **(515)** | **(33.566)** | **809.184** |

Consolidado

| | MOVIMENTAÇÃO DO ATIVO INTANGÍVEL | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | DEZ/19 | AQUISIÇÕES | RECLASSIFICAÇÕES | AMORTIZAÇÃO | DEZ/20 |
| Direito de uso | 853.333 | 28.822 | (80) | - | 882.075 |
| Software | 5.129 | 5.993 | - | - | 11.122 |
| Amortização direito de uso | (34.177) | - | 214 | (32.681) | (66.644) |
| Amortização software | (3.351) | - | (214) | (1.863) | (5.428) |
| Mais valia na aquisição da ZPE Ceará | 75.162 | - | - | (1.571) | 73.591 |
| | **896.096** | **34.815** | **(80)** | **(36.115)** | **894.716** |

FSC
www.fsc.org
MISTO
Papel produzido a partir de fontes responsáveis
FSC® C126031

A amortização, quando aplicável, é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

12. Fornecedores

Composto por fornecedores nacionais, substancialmente para manutenção do funcionamento e operações das instalações da Companhia e sua controlada, o prazo de pagamento médio não supera 60 dias. Em 31 de dezembro de 2020, os saldos apresentados na rubrica são nos montantes de R$ 8.976 mil e R$ 12.195 mil, respectivamente na controladora e consolidado.

13. Obrigações fiscais

| | CONTROLADORA | CONSOLIDADO | | |
|---|---|---|---|---|
| | DEZ/20 | DEZ/19 | DEZ/20 | DEZ/19 |
| Processos Fiscais - RFB | - | 2.055 | - | 2.055 |
| IPPJ e CSLL a recolher | 234 | 716 | 1.827 | 1.878 |
| IRRF a recolher | 71 | 52 | 265 | 148 |
| ISS a recolher | 823 | 692 | 964 | 766 |
| PIS e COFINS a recolher | 2.458 | 2.389 | 2.458 | 2.518 |
| INSS retido de terceiros a recolher | 540 | 428 | 777 | 585 |
| | **4.126** | **6.332** | **6.291** | **7.950** |

14. Obrigações sociais e trabalhistas

| | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|
| | DEZ/20 | DEZ/19 | DEZ/20 | DEZ/19 |
| INSS a recolher | 601 | 495 | 660 | 560 |
| FGTS a recolher | 210 | 195 | 230 | 220 |
| Provisão para férias | 1.885 | 1.763 | 2.143 | 1.970 |
| INSS sobre provisão de férias | 503 | 471 | 572 | 526 |
| FGTS sobre provisão de férias | 151 | 140 | 172 | 156 |
| IRRF sobre folha | 584 | 525 | 584 | 525 |
| Outras obrigações sociais | 109 | 34 | 109 | 34 |
| | **4.043** | **3.623** | **4.470** | **3.991** |

15. Participações nos lucros

| | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|
| | DEZ/20 | DEZ/19 | DEZ/20 | DEZ/19 |
| Participação dos empregados | 6.701 | 6.804 | 9.091 | 9.114 |
| Participação dos administradores | 3.273 | 2.696 | 3.273 | 2.696 |
| | **9.974** | **9.500** | **12.364** | **11.810** |

Os fundamentos para a instituição desta Política estão contidos na Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, que decorre da aplicação do inciso XI do artigo 7º da Constituição Federal e nos Princípios e Valores adotados pela CIPP S/A e ZPE/Ceará, para os empregados, observando-se o disposto na cláusula sexta do acordo coletivo de trabalho 2020 sobre PLR no que se refere a CIPP.

16. Provisões para contingências

A Companhia é parte envolvida em vários processos cíveis e trabalhistas que se encontram aguardando julgamento em diversas instancias. As provisões para contingências, para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores e nas normas específicas.

As ações que foram prognosticadas como prováveis perdas para a Companhia estão provisionadas.

| | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|
| | DEZ/20 | DEZ/19 | DEZ/20 | DEZ/19 |
| Contingências trabalhistas | 52.539 | 52.493 | 52.539 | 52.493 |
| | **52.539** | **52.493** | **52.539** | **52.493** |

A Companhia possui ações de natureza tributária, cível, trabalhista e juizados especiais, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível no montante de R$ 411 mil.

17. Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020 totaliza em 176.926.942 ações, todas de classe única (ordinária), nominativas e sem valor nominal. A composição acionária é distribuída da seguinte forma:

| | AÇÕES ON | TOTAL | PARTICIPAÇÃO (%) |
|---|---|---|---|
| Estado do Ceará | 123.848.859 | 123.848.859 | 70,00% |
| Port of Pecém Participações BV | 53.078.083 | 53.078.083 | 30,00% |
| | **176.926.942** | **176.926.942** | **100,00%** |

(b) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

(c) Reserva de lucros a realizar

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de lucros a realizar é criada somente depois de considerados os requisitos previstos nos artigos 30°, 31° e 32° do estatuto social da Companhia.

(d) Reserva de incentivo fiscal

A Companhia possui o benefício fiscal da Sudene - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, que reduz 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente à atividade portuária.

O processo de modernização foi comprovado perante a SUDENE, por meio de documentação e verificação pela visita técnica que a Companhia recebeu dos analistas da SUDENE.

O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução pelo benefício fiscal, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação a importância distribuída, o imposto que a Companhia tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis. Conforme determina o artigo19, §§ 3º e 5º, do Decreto Lei nº 1.598/77.

18. Receita líquida de vendas

A reconciliação das receitas brutas para a receita líquida dos serviços prestados é como segue:

| | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|
| | DEZ/20 | DEZ/19 | DEZ/20 | DEZ/19 |
| Receita de serviço | 180.243 | 196.694 | 232.409 | 245.632 |
| Deduções da receita | | | | |
| (-) COFINS sobre receita | (13.699) | (14.926) | (14.559) | (18.649) |
| (-) PIS sobre receita | (2.974) | (3.240) | (6.939) | (4.048) |
| (-) ISS sobre receita | (9.184) | (8.991) | (11.693) | (11.049) |
| (-) Cancelamento de serviços | (23) | (318) | (23) | (320) |
| Receita operacional líquida | 154.363 | 169.219 | 199.195 | 211.566 |

FSC www.fsc.org MISTO Papel produzido a partir de fontes responsáveis FSC® C126031

19. Custos dos serviços prestados

| | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|
| | DEZ/20 | DEZ/19 | DEZ/20 | DEZ/19 |
| Energia elétrica custo | (16.916) | (15.600) | (16.916) | (15.600) |
| Serviços prestados custo | (14.696) | (14.392) | (19.151) | (18.575) |
| Custo com pessoal | (14.833) | (12.768) | (23.856) | (19.440) |
| Manutenção e conservação custo | (11.796) | (7.155) | (11.796) | (7.288) |
| Outros custos | (6.072) | (3.976) | (6.072) | (3.976) |
| Depreciação e amortização custo | (33.214) | (32.180) | (33.214) | (32.180) |
| Materiais auxiliares custo | (134) | (4) | (134) | (4) |
| Combustíveis e lubrificantes custo | (45) | (296) | (315) | (529) |
| | **(97.706)** | **(86.371)** | **(111.454)** | **(97.592)** |

20. Despesas gerais e administrativas

| | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|
| | DEZ/20 | DEZ/19 | DEZ/20 | DEZ/19 |
| Despesa com pessoal | (12.871) | (12.249) | (20.344) | (21.869) |
| Serviços prestados | (11.454) | (13.771) | (12.439) | (13.874) |
| Depreciação e amortização | (2.310) | (2.458) | (3.527) | (3.656) |
| Amortização da mais valia | (1.571) | (2.226) | (1.571) | (2.226) |
| Honorário da Administração | (1.619) | (906) | (2.259) | (2.087) |
| Outras despesas | (1.801) | (2.708) | (2.143) | (4.814) |
| Energia elétrica | - | (987) | - | (1.479) |
| Seguro portuário | (668) | (1.174) | (668) | (1.174) |
| Viagens e estádias | (37) | (199) | (49) | (245) |
| PECLD | 3.071 | (4.864) | 3.071 | (4.864) |
| Feiras e eventos | (201) | (228) | (201) | (361) |
| Combustíveis e lubrificantes | (255) | (162) | (476) | (162) |
| Telecomunicação | (59) | (313) | (876) | (313) |
| Manutenção e conservação | (240) | (124) | (640) | (715) |
| Materiais de expediente | (1.037) | (408) | (1.100) | (498) |
| | **(31.052)** | **(42.777)** | **(43.222)** | **(58.337)** |

21. Resultado financeiro

| | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|
| | DEZ/20 | DEZ/19 | DEZ/20 | DEZ/19 |
| Receitas financeiras | | | | |
| Descontos obtidos | 9 | 3 | 9 | 3 |
| Juros ativos | 148 | 162 | 1.165 | 705 |
| Outras receitas financeiras | 1.223 | 65 | 1.223 | 65 |
| Rendimentos de aplicações financeiras | 7.410 | 14.084 | 7.715 | 14.797 |
| | 8.790 | 14.314 | 10.112 | 15.570 |
| Despesas financeiras | | | | |
| Descontos concedidos | (226) | (234) | (226) | (234) |

| | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|
| | DEZ/20 | DEZ/19 | DEZ/20 | DEZ/19 |
| Atualizações monetárias | (46) | (4.574) | (46) | (4.574) |
| Outras despesas financeiras | (107) | (795) | (113) | (834) |
| | (379) | (5.603) | (385) | (5.642) |
| **TOTAL** | **8.411** | **8.711** | **9.727** | **9.928** |

22. Impostos sobre a renda

| | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|---|---|---|---|---|
| | DEZ/20 | DEZ/19 | DEZ/20 | DEZ/19 |
| Impostos corrente | | | | |
| (-) Imposto de renda | (7.115) | (13.172) | (13.501) | (17.028) |
| (+) Incentivo Fiscal - SUDENE | 2.997 | 8.716 | 2.997 | 8.716 |
| (-) Contribuição social sobre o lucro líquido | (2.633) | (4.852) | (4.941) | (6.249) |
| | **(6.751)** | **(9.308)** | **(15.445)** | **(14.561)** |
| Impostos diferidos | | | | |
| (-) Imposto de renda | (3.164) | 2.314 | (3.164) | 2.314 |
| (-) Contribuição social sobre o lucro líquido | (1.139) | 833 | (1.139) | 833 |
| | **(4.303)** | **3.147** | **(4.303)** | **3.147** |

Reconciliação da alíquota efetiva

| | CONTROLADORA | |
|---|---|---|
| | DEZ/20 | DEZ/19 |
| Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social | 52.477 | 56.906 |
| Alíquota | 34,00% | 34,00% |
| Imposto calculado com base em alíquotas vigentes | (17.842) | (19.348) |
| Itens de reconciliação | | |
| Subvenção SUDENE | 2.997 | 8.716 |
| Equivalência patrimonial | 4.943 | 3.254 |
| Provisão para crédito de liquidação duvidosa | (1.044) | 1.654 |
| Provisão para contingência | 16 | 1.732 |
| Outras adições (exclusões) temporárias | (124) | 1.085 |
| Encargo fiscal | (11.055) | (6.161) |

A seguir, a composição dos tributos diferidos:

| | CONTROLADORA E CONSOLIDADO | | | |
|---|---|---|---|---|
| | DEZ/20 | | DEZ/19 | |
| | BASE | TRIBUTOS DIFERIDOS | BASE | TRIBUTOS DIFERIDOS |
| Provisão para crédito de liquidação duvidosa | 553 | 188 | 17.284 | 5.877 |
| Provisão para contingências | 52.539 | 17.863 | 52.493 | 7.848 |
| Outros tributos diferidos | 3.700 | 1.258 | (332) | (113) |
| (-) Ativos fiscais diferidos não contabilizados (i) | (51.791) | (17.609) | (51.791) | (17.609) |
| | **5.001** | **1.700** | **17.654** | **6.003** |

FSC www.fsc.org MISTO Papel produzido a partir de fontes responsáveis FSC® C126031

23. Seguros

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2020 é de 100.000 mil

24. Covid-19

Inicialmente detectado no continente asiático em dezembro de 2019, o agente denominado coronavírus, causador da doença COVID-19, teve seu primeiro foco epidemiológico na China, espalhando-se rapidamente pela região e, posteriormente, por todo o globo, consistente em linhagem de vírus altamente contagioso, com transmissão pelo ar ou contato físico, causador de síndrome infecciosa respiratória. Os quadros clínicos conhecidos até o momento decorrentes da doença podem variar de pacientes assintomáticos até infecções graves que afetam diversos sistemas do corpo humano, especialmente o respiratório. Considerando a disseminação global do vírus, em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a existência de pandemia em virtude da COVID-19.

No Brasil os primeiros casos foram oficialmente detectados em fevereiro de 2020, evoluindo vertiginosamente deste então, tendo o congresso nacional através do Decreto Legislativo nº 6 de 2020, reconhecido o estado de calamidade pública em todo território nacional. Como medida de combate à expansão acelerada da doença e proteção aos sistemas de saúde públicos e privados, governos estaduais e municipais aplicaram medidas de promoção ao isolamento social e restrição à circulação de pessoas, voltadas principalmente à fechamento total ou parcial de diversos setores da economia.

Tal cenário provou reflexos socioeconômicos ainda não completamente delimitados, porém, já traduzidos na redução drástica da atividade econômica, com consequente redução de postos de trabalho e queda na arrecadação de tributos dos diversos entes federativos.

O Governo Federal, através de Decreto Presidencial, determinou as atividades consideradas essenciais a serem executadas durante a pandemia pela COVID-19. Entre elas, estão o atendimento serviços de transporte, armazenamento, entrega e logística de cargas em geral. Desta forma, a CIPP permanece operando normalmente, exceto pela implementação de novos protocolos de segurança e trabalho por meio de Comissão criada internamente para esse fim. Entre as principais iniciativas implementadas pelo Comissão, cita-se ações para prevenir e mitigar os efeitos do contágio no local de trabalho, tais como: adoção do trabalho em home office nas áreas em que é possível adotar este formato, restrições de viagens, reuniões por vídeo conferência, acompanhamento diário do quadro de saúde e bem-estar dos colaboradores e protocolos de contingência de forma a manter integralmente suas operações.

A CIPP informa que até a data de divulgação de suas demonstrações financeiras, foram identificados impactos ou efeitos relevantes em suas operações causados pela COVID-19, em virtude da redução das atividades econômicas, reduzindo a movimentação operacional por parte de alguns de seus clientes, principalmente no segmento siderúrgico. Ainda assim, a companhia tem tido sucesso em manter suas operações e fluxos financeiros estáveis ao longo da crise. Ajustes em seus gastos, sobretudo no tocante aos investimentos foram realizados para esse fim.

No contexto supracitado, a CIPP também avaliou suas estimativas de forma a identificar os possíveis impactos da COVID-19, conforme segue:

(i) Perdas de crédito esperadas

Alteração na política de perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa de modo a estabelecer parâmetros adequados para a realização de arrasto para os clientes em dificuldade de honrar seus compromissos em decorrência da pandemia.

(ii) Recuperação dos tributos ativos

Ao longo do exercício a CIPP se utilizou de grande parte dos créditos registrados em seu ativo, e outros decorrentes de planejamento tributário realizado por equipe interna, de modo a reduzir o desembolso realizado no exercício 2020.

(iii) Liquidez

A CIPP apresenta atualmente uma situação financeira sólida com bons índices de liquidez e acredita que o capital de giro é suficiente para sua operação ao longo do exercício 2021. A Administração vem monitorando a liquidez e as situações especificas que podem impactar em seu resultado financeiro e se consolidar em desembolso financeiro, com medidas proativas de proteção de sua política de liquidez e do retorno esperado por seus acionistas.

A Administração, ciente do seu papel social, está redobrando esforços e cuidados visando a manutenção das operações da CIPP, indispensáveis à nossa sociedade, sem prejuízo do cumprimento das instruções de segurança sanitárias divulgadas pelo Ministério da Saúde e Organização Mundial da Saúde. A Administração permanece também focada na proteção incondicional da saúde de seus colaboradores e prestadores de serviço, executando medidas para promoção do isolamento social, digitalização dos processos, redução máxima do contato físico e incremento dos procedimentos de higienização pessoal e dos locais de trabalho. A Administração segue atenta à evolução da pandemia nos cenários doméstico e internacional com intuito de avaliar potenciais impactos futuros